



Simulado Especial

MP PB

Técnico Ministerial
Sem Especialidade - Pós-Edital

Simulado

Simulado Especial MP PB – Cargo: Técnico Ministerial – Sem Especialidade

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso MP PB (Técnico Ministerial);
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00** às **12:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo abaixo destas informações;

PREENCHA SEU GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-MP-PB-Tecnico-30-04-23>

- | | | |
|----------------|----------------|----------------|
| 01 – A B C D E | 20 – A B C D E | 41 – A B C D E |
| 02 – A B C D E | 21 – A B C D E | 42 – A B C D E |
| 03 – A B C D E | 22 – A B C D E | 43 – A B C D E |
| 04 – A B C D E | 23 – A B C D E | 44 – A B C D E |
| 05 – A B C D E | 24 – A B C D E | 45 – A B C D E |
| 06 – A B C D E | 25 – A B C D E | 46 – A B C D E |
| 07 – A B C D E | 26 – A B C D E | 47 – A B C D E |
| 08 – A B C D E | 27 – A B C D E | 48 – A B C D E |
| 09 – A B C D E | 28 – A B C D E | 49 – A B C D E |
| 10 – A B C D E | 29 – A B C D E | 50 – A B C D E |
| 11 – A B C D E | 30 – A B C D E | 51 – A B C D E |
| 12 – A B C D E | 31 – A B C D E | 52 – A B C D E |
| 13 – A B C D E | 32 – A B C D E | 53 – A B C D E |
| 14 – A B C D E | 33 – A B C D E | 54 – A B C D E |
| 15 – A B C D E | 34 – A B C D E | 55 – A B C D E |
| 16 – A B C D E | 35 – A B C D E | 56 – A B C D E |
| 17 – A B C D E | 36 – A B C D E | 57 – A B C D E |
| 18 – A B C D E | 37 – A B C D E | 58 – A B C D E |
| 19 – A B C D E | 38 – A B C D E | 59 – A B C D E |
| 20 – A B C D E | 39 – A B C D E | 60 – A B C D E |

LÍNGUA PORTUGUESA*Fabício Dutra*

Os lençóis listrados dançaram no varal, enquanto as portas dos vizinhos bateram em sequência quase combinada. A ventania que anunciava a chuva chegou repentina e, repentina, partiu. Deixou como lembrança sutil apenas uma folhinha seca que caminhou pelo piso de cimento grosso fazendo barulho com o seu arrastar. Finalizado os arroubos do vento, veio a calma magistral, tão palpável que eu era capaz de tocá-la na face.

As roupas foram recolhidas, as janelas fechadas e as portas trancadas como se a água não pudesse encontrar outros caminhos para entrar, caso ela quisesse. Aparelhos eletrônicos desligados, tomadas ao chão e a sinfonia enfurecida da chuva lá fora reduzindo tudo e todos à real insignificância.

Apreensiva sobre as pessoas que estavam lá fora, lembrei-me das histórias que ouvi sobre as mães de antigamente, que com medo da chuva, escondiam os filhos debaixo das mesas de madeira, enquanto as águas do céu caíam bravas sobre os frágeis telhados coloniais. Naqueles tempos sem arranha-céus, os raios escolhiam facilmente, as casas e os trovões pareciam fazer tremer as paredes. Quando a chuva acabava, era possível ver de longe como os rios multiplicavam o volume, mas sem que para isso, disputassem espaço com casas e asfaltos, como ocorre agora.

01. Os lençóis listrados dançaram no varal.

No excerto acima, o verbo destacado foi empregado em sentido figurado. Assinale a opção a seguir em que o mesmo fenômeno acontece.

- a) Eles saíam para dançar todos os dias.
- b) O aluno dançou. Fez a prova desatentou e acabou sendo reprovado.
- c) Dançar é uma terapia para eles.
- d) Eles treinam para uma competição em que ganha quem dançar melhor.
- e) Eu dancei só para me distrair.

02. veio a calma magistral, tão palpável que eu era capaz de tocá-la na face.

O termo em destacado pode ser classificado como:

- a) Conjunção integrante
- b) Conjunção subordinativa causal
- c) Pronome relativo
- d) Partícula expletiva
- e) Conjunção subordinativa consecutiva

03. *Os lençóis listrados dançaram no varal, enquanto as portas dos vizinhos bateram em sequência quase combinada.*

No período acima, o termo destacado poderia ser substituído por:

- a) na medida em que
- b) durante o tempo que
- c) conquanto
- d) logo que
- e) dado que

04. *As roupas foram recolhidas.*

Passando-se a frase acima para a voz passiva sintética, a forma gramaticalmente correta, com manutenção do sentido, é:

- a) Recolheram as roupas.
- b) Recolhem-se as roupas.
- c) Recolheu-se as roupas.
- d) Recolhem roupas.
- e) Recolheram-se as roupas.

05. É plenamente adequada a pontuação da seguinte frase:

- a) O Brasil é considerado país livre da poliomielite desde 1994, mas, com a baixa adesão vacinal, médicos alertam para os riscos de volta da doença, especialmente após o registro de novos casos no exterior, em países como os Estados Unidos e Israel.
- b) O Brasil é considerado país livre da poliomielite desde 1994 mas, com a baixa adesão vacinal, médicos alertam para os riscos de volta da doença, especialmente após o registro de novos casos no exterior, em países como os Estados Unidos e Israel.
- c) O Brasil é considerado país livre da poliomielite desde 1994, mas, com a baixa adesão vacinal médicos alertam para os riscos de volta da doença, especialmente após o registro de novos casos no exterior, em países como os Estados Unidos e Israel.
- d) O Brasil é considerado, país livre da poliomielite desde 1994, mas, com a baixa adesão vacinal, médicos alertam para os riscos de volta da doença, especialmente após o registro de novos casos no exterior, em países como os Estados Unidos e Israel.
- e) O Brasil é considerado país livre da poliomielite desde 1994, mas com a baixa adesão vacinal, médicos alertam para os riscos de volta da doença, especialmente após o registro de novos casos no exterior, em países como os Estados Unidos e Israel.

06. Quando a chuva acabava, era possível ver de longe como os rios multiplicavam o volume, mas sem que para isso, disputassem espaço com casas e asfaltos, como ocorre agora.

O termo destacado acima tem valor semântico de:

- a) tempo
- b) causa
- c) conformidade

d) comparação

e) adição

07. Está inteiramente adequado o emprego do elemento sublinhado na frase:

- a) Todos os métodos de que os alunos têm confiança foram validados.
- b) A vida em que levo não é fácil.
- c) O homem de cujo lhei falei ontem é este.
- d) Houve um desenvolvimento maior do Sudeste, aonde tudo que se plantava era exportado.
- e) A tese em cujos dados nos baseamos é esta.

08. As normas de concordância verbal estão plenamente atendidas na frase:

- a) Os estudos recentes permitem que se desconfiem das causas prováveis do cenário de ameaça que afeta o rico ecossistema da Mata Atlântica.
- b) Para conseguir neutralizar os efeitos negativos da poluição, necessitam-se de procedimentos mais eficazes de controle ambiental.
- c) Devem haver muitas pessoas que trabalham nos lixões.
- d) Nos países em desenvolvimento, assistem-se a inúmeros programas de popularização do acesso aos meios de comunicação digital.
- e) Os países em desenvolvimento teriam possibilidade de maior crescimento se a população fosse atendida em suas necessidades básicas e tivesse oportunidade de estudar.

09. Assinale a alternativa em que o acento grave está bem empregado.

- a) A Pesquisa Brasileira de Mídia, realizada em 2015, considerou à televisão o meio de comunicação mais utilizado pelos brasileiros.
- b) Os meios de comunicação começam à criticar o excessivo uso da internet por usuários das diversas classes sociais.
- c) Os sistemas baseados em pagamentos móveis têm chamado à atenção pela sua propagação em todo o mundo.
- d) opção pelas moedas digitais está vinculada à possibilidade de diminuir as operações financeiras com a utilização do papel-moeda.
- e) A agricultura familiar visa à fixar o homem no campo.

10. Considere os seguintes trechos:

I. tão palpável que eu era capaz de tocá-la na face. (1º parágrafo)

II. Naqueles tempos sem arranha-céus (3º parágrafo)

III. mas sem que para isso, disputassem espaço com casas e asfaltos, como ocorre agora. (3º parágrafo)

Retoma uma expressão mencionada anteriormente no texto o termo sublinhado APENAS em

- a) III.
- b) I.
- c) II.
- d) I e III.
- e) II e III.

Há uma série de fatores que interferem para que o indivíduo seja infeliz no trabalho. Primeiro, as más condições, tarefas intensas e repetitivas, entre tantas outras causas. Depois, há as razões subjetivas, quando a pessoa não se realiza dentro de determinado ofício ou ocupação. Quando isso acontece, é porque não é o que gostaria de estar fazendo ou porque o trabalho que faz, com o tempo, se tornou insuportável.

11. Após a leitura do texto, é correto concluir que:

- a) O segundo período esclarece o primeiro, listando conseqüências de um indivíduo infeliz no trabalho.
- b) A infelicidade no trabalho costuma gerar aumento nos pedidos de demissão.
- c) A sobrecarga no trabalho torna o dia a dia insuportável.
- d) Além de razões inerentes à jornada de trabalho, existem razões de cunho pessoal que levam à insatisfação de um funcionário.
- e) Geralmente, em casos de insatisfação laboral, muitos indivíduos recorrem a atestados para que se afastem do ambiente de serviço.

12. Há uma série de fatores que interferem para que o indivíduo seja infeliz no trabalho.

O termo destacado exerce a função de:

- a) sujeito
- b) objeto direto
- c) objeto indireto
- d) predicativo
- e) Complemento nominal

**LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA APLICADA AO
MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA**

Tiago Zanolla

13. Segundo a Lei Orgânica do MP, o Corregedor-Geral do Ministério Público poderá ser destituído do cargo

- a) Por iniciativa do Procurador-Geral de Justiça e aprovação de maioria absoluta do Colégio de Procuradores.
- b) Pelo Colégio de Procuradores, mediante voto de 2/3 de seus membros.
- c) Pelo Conselho Superior do Ministério Público, mediante voto de maioria absoluta de seus membros.
- d) Pela Assembleia Estadual, após autorização por 2/3 dos membros do Colégio de Procuradores.
- e) Pelo Procurador-Geral de Justiça ex-officio.

14. Ao membro do MP não é vedado:

- a) receber honorários, percentagens ou custas processuais;
- b) exercer a advocacia.
- c) exercer uma função pública de magistério.
- d) exercer atividade político-partidária.
- e) exercer o comércio

15. A respeito do Ministério Público, julgue os itens a seguir.

- I O Ministério Público possui autonomia funcional, financeira e administrativa.
- II O MP é regido pelos princípios da unidade, da indivisibilidade e da independência funcional.
- III O MP não tem legitimidade ativa para atuar na defesa de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores.
- IV É vedado ao Ministério Público representar judicialmente entidades públicas.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item II está certo.

b) Apenas o item III está certo.

c) Apenas os itens I, II e IV estão certos.

d) Apenas os itens I, II e III estão certos.

e) Todos os itens estão corretos.

16. Sobre a organização do Ministério Público, conforme previsto na Lei Orgânica, assinale a alternativa verdadeira.

- a) Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo propor ao Poder Executivo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos.
- b) O Ministério Público elaborará sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei orçamentária anual.
- c) A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Ministério Público, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de dotações e recursos próprios e renúncia de receitas, será exercida pelo Poder Legislativo, mediante controle externo e pelo sistema de controle interno estabelecido em lei.
- d) As decisões do Colégio de Procuradores de Justiça serão tomadas por maioria absoluta de votos, e, nos casos das sessões presenciais, mediante a presença da maioria absoluta de seus membros, cabendo ao Presidente também o voto de desempate, ressalvadas as exceções previstas na legislação.
- e) As decisões do Ministério Público fundadas em sua autonomia funcional, administrativa e financeira, obedecidas as formalidades legais, têm eficácia plena e executoriedade mediata, ressalvada a competência constitucional do Poder Judiciário, do Tribunal de Contas e do Conselho Nacional do Ministério Público.

17. Segundo a Lei Orgânica do MP, não é órgão de execução:

- a) o Procurador-Geral de Justiça.
- b) Ouvidoria do Ministério Público.
- c) o Conselho Superior do Ministério Público.
- d) os promotores de justiça
- e) os procuradores de justiça

18. De acordo com a Lei Orgânica do MP, são princípios institucionais do Ministério Público:

- a) a vitaliciedade, a inamovibilidade e a irredutibilidade de vencimentos.
- b) a autonomia funcional, o promotor natural e a vitaliciedade.
- c) a independência funcional, a unidade e a indivisibilidade.
- d) a indivisibilidade, a autonomia orçamentária e a inamovibilidade.
- e) autonomia funcional, autonomia administrativa e promotor natural.

19. Wanda, servidora pública estadual, após processo administrativo disciplinar, recebeu a sanção disciplinar de demissão. Um ano depois, reuniu provas de sua inocência e deu início a processo de revisão, que culminou com a decisão administrativa de invalidação de sua demissão.

No caso em tela, a reinvestidura de Wanda ocorreu por meio da:

- a) ascensão funcional, sem direito a vantagens retroativas.
- b) recondução, sem direito a vantagens retroativas.
- c) reversão, com ressarcimento de todas as vantagens.
- d) reintegração, com ressarcimento de todas as vantagens.
- e) readaptação para cargo compatível com sua escolaridade.

20. Acerca do arquivamento da notícia de fato, nos termos da Resolução n. 04/2013, é incorreto afirmar:

- a) A notícia de fato será arquivada quando o fato narrado já tiver sido objeto de investigação.
- b) A notícia de fato será arquivada quando a lesão ao bem jurídico tutelado for manifestamente insignificante.
- c) A notícia de fato será arquivada quando o fato narrado já se encontrar solucionada.
- d) Será indeferida liminarmente a notícia de fato quando da narrativa for incompreensível, exceto se claramente os direitos forem tutelados pelo Ministério Público.
- e) O noticiante será cientificado da decisão de arquivamento preferencialmente por correio eletrônico ou, ainda, por meio do aplicativo Whatsapp ou recurso tecnológico similar, cabendo recurso no prazo de 10 (dez) dias, contados da efetiva notificação ou da publicação no DOE-MPPB, quando for o caso, sendo desnecessária a cientificação do arquivamento ao representante/noticiante anônimo/apócrifo.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

21. Maria Vitória se candidatou ao governo do Estado da Paraíba utilizando como slogan de campanha eleitoral o bordão “**Não ao Nepotismo!**”, devido aos diversos cargos comissionados ocupados no governo por familiares do até então Governador, Pedro Henrique. Após intensos debates nos meios de comunicação e acirrada disputa de votos, Maria Vitória consagrou-se vencedora da eleição daquele ano. Na primeira reunião com a equipe de governo, a nova Governadora decidiu nomear sua mãe, Maria Valentina, médica cardiologista atuante no SUS há mais de trinta anos, ao cargo político de Secretária Estadual de Saúde.

Podemos concluir do caso fictício em tela que:

- a) Maria Vitória não atentou contra nenhum princípio da administração pública;
- b) Maria Vitória atentou contra o princípio administrativo da moralidade;
- c) Maria Vitória atentou contra os princípios administrativos da legalidade e impessoalidade;
- d) Maria Vitória atentou contra o princípio administrativo da razoabilidade;
- e) Maria Vitória atentou contra o princípio administrativo da isonomia.

22. As agências reguladoras são autarquias especiais criadas com o objetivo de regular e fiscalizar a prestação de serviços públicos, garantindo o equilíbrio entre o interesse público e o interesse privado. Nesse contexto, qual das alternativas abaixo NÃO representa uma característica das agências reguladoras?

- a) Independência administrativa e financeira.
- b) Estabilidade dos dirigentes durante o período de mandato.
- c) Submissão às normas e princípios do Direito Administrativo.

- d) Intervenção direta na gestão das empresas privadas reguladas.
- e) Atuação técnica e especializada na sua área de competência.

23. Miguel, servidor público estadual, foi removido da capital João Pessoa/PB para outro órgão estadual da mesma Secretaria localizado na cidade de Catolé da Rocha, interior do Estado. Alonso, a autoridade competente que determinou sua remoção, alegou, no momento da edição do ato, motivo de carência de recursos humanos no órgão de Catolé da Rocha.

Miguel, sabendo que o seu superior Alonso tinha desafeição por sua pessoa, antes de se mudar para o município ligou para Roberta, chefe do órgão indicado e sua amiga de longa data. Roberta atestou que o motivo alegado por Alonso era inverídico e que o órgão, naquele momento, não necessitava de pessoal.

Irresignado, o servidor ajuizou a ação judicial cabível e comprovou que o ato de remoção baseou-se unicamente em pressuposto de fato equivocado, uma vez que, na verdade, não existia a demanda argumentada por Alonso.

No caso fictício em tela, a pretensão de Miguel:

- a) não merece prosperar, porque a remoção é ato administrativo vinculado e Alonso, como a autoridade competente, não precisa motivar de forma específica o ato, que já traz implícito a presunção de legitimidade e veracidade;
- b) merece prosperar por força a teoria dos motivos determinantes, pois ainda que a remoção seja ato administrativo discricionário, o motivo alegado pelo agente público não correspondeu com a realidade;
- c) não merece prosperar, porque a remoção é ato administrativo discricionário, por isso, Alonso não precisa expor motivação específica para o ato, tendo total liberdade para decidir de acordo com critérios de oportunidade e conveniência;

- d) merece prosperar, pois, embora a remoção seja ato administrativo vinculado, ocorreu abuso de poder por excesso de poder, uma vez que a autoridade não motivou corretamente o ato;
- e) não merece prosperar, pelo fato de que o ato discricionário de remoção dispõe do atributo de imperatividade, que impõe a obrigação ao servidor independentemente de sua concordância.

24. Com base na nova de lei de licitações n.º 14.133/2021, assinale a alternativa incorreta:

- a) Poderá ser exigida, no momento da apresentação da proposta, a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, como requisito de pré-habilitação;
- b) São de oito dias úteis o prazo mínimo para apresentação de propostas, contados a partir da data de divulgação do edital de licitação, quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto para aquisição de bens;
- c) A utilização isolada do modo de disputa fechado será vedada quando adotados os critérios de julgamento de técnica e menor preço;
- d) Nas contratações realizadas por Municípios, Estados e Distrito Federal, desde que não envolvam recursos da União, o valor previamente estimado da contratação poderá ser definido por meio da utilização de outros sistemas de custos adotados pelo respectivo ente federativo;
- e) Os valores para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores, e, para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras, serão duplicados para compras, obras e serviços contratados por consórcio público ou por autarquia ou fundação qualificadas como agências executivas na forma da lei.

25. O Ministério Público abriu inquérito visando apurar a conduta de dois agentes públicos da Receita Federal, alocados no Aeroporto Internacional de João Pessoa, Presidente Castro Pinto. No decorrer das investigações, a autoridade judicial competente determinou o afastamento dos agentes para evitar a prática de novos ilícitos. Ao fim do processo, constatou-se que Arthur e Lorena, os agentes públicos, recebiam, diariamente, vantagem econômica com o objetivo de tolerar contrabando de produtos advindos da China e Nicarágua, para revenda em plataforma de comércio eletrônico fundada no ano de 2018, no Estado da Paraíba.

Com base na lei de Improbidade Administrativa (Lei n.º 8.429/1992), assinale a alternativa correta:

- a) O afastamento imposto aos agentes tem previsão de até 45 dias, prorrogáveis uma única vez por igual prazo. Ademais, Arthur e Lorena praticaram ato que importa em enriquecimento ilícito, tendo como cominações, dentre outras, suspensão dos direitos políticos e perda de função pública;
- b) O afastamento imposto aos agentes tem previsão de até 60 dias, prorrogáveis uma única vez por igual prazo. Ademais, Arthur e Lorena praticaram ato que atenta contra os princípios da administração pública, tendo como cominações, dentre outras, multa civil de até 24 vezes o valor da remuneração e proibição de contratar com poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios;
- c) O afastamento imposto aos agentes tem previsão de até 60 dias, prorrogáveis uma única vez por igual prazo. Ademais, Arthur e Lorena praticaram ato que importa em enriquecimento ilícito, tendo como cominações, dentre outras, perda de função pública e suspensão dos direitos políticos;
- d) O afastamento imposto aos agentes tem previsão de até 60 dias, prorrogáveis uma única vez por igual prazo. Ademais, Arthur e Lorena praticaram ato que causa prejuízo ao erário, tendo como cominações, dentre outras, suspensão dos direitos políticos e multa civil equivalente ao valor do dano;

e) O afastamento imposto aos agentes tem previsão de até 90 dias, prorrogáveis uma única vez por igual prazo. Ademais, Arthur e Lorena praticaram ato que importa em enriquecimento ilícito, tendo como cominações, dentre outras, o ressarcimento integral do dano e multa civil equivalente ao valor do acréscimo patrimonial.

26. Com relação ao Processo Administrativo, considere as seguintes assertivas:

- I. Inexistindo competência legal específica, o processo administrativo deverá ser iniciado perante a autoridade de menor grau hierárquico para decidir;
- II. O indeferimento de alegação de suspeição poderá ser objeto de recurso, com efeito suspensivo;
- III. Salvo disposição legal específica, é de quinze dias o prazo para interposição de recurso administrativo, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida;
- IV. Pode ser arguido o impedimento de autoridade ou servidor que tenha amizade íntima ou inimizade notória com algum dos interessados ou com os respectivos cônjuges, companheiros, parentes e afins até o terceiro grau;
- V. Da revisão do processo não poderá resultar agravamento da sanção.

De acordo com a Lei n.º 9.784/99 está correto o que se afirma SOMENTE em

- a) I
- b) II e III
- c) II, III e IV
- d) I, III e V
- e) I e V

27. Em relação ao poder de polícia, analise as alternativas e indique a incorreta:

- a) A polícia administrativa atua sobre bens, atividades e direitos (exercida por entidades e órgãos administrativos) enquanto que a polícia judiciária atua sobre pessoas (exercida, em regra, pela Polícia Civil e Polícia Federal);
- b) A ação punitiva do Poder Público com fundamento no poder de polícia prescreve em 5 (cinco) anos;
- c) É limitado pelos princípios da razoabilidade ou proporcionalidade;
- d) Seu exercício pode ser delegado a particulares ou empresas públicas e sociedades de economia mista que explorem atividade econômica;
- e) Tem como atributos a discricionariedade, autoexecutoriedade e coercibilidade.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Emerson Bruno

28. De acordo com o previsto na Constituição da República, marque a afirmativa CORRETA.

- a) a remoção compulsória do membro do Ministério Público poderá ocorrer pelo voto de 2/3 do Conselho Nacional do Ministério Público.
- b) a promoção por antiguidade do magistrado poderá ser rejeitada pelo voto fundamentado da maioria dos membros do Tribunal.
- c) Os Tribunais de Justiça não possuem quinto constitucional em sua composição.
- d) Para ser indicado pelo quinto constitucional, um membro do Ministério Público precisa ter pelo menos 10 anos de carreira.
- e) Junto ao Superior Tribunal de Justiça funcionam a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho e o Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

29. Conforme previsto no art. 5º, XLIV, da CF88, a ação de grupos armados, civis ou militares, contra os Poderes Constitucionais e o Estado Democrático de Direito constitui crime:

- a) inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.
- b) inafiançável, mas prescritível.
- c) inafiançável e imprescritível.
- d) afiançável e suscetível de graça ou anistia.
- e) afiançável e prescritível.

30. Robervaldo tem 21 anos de idade e deseja se candidatar ao cargo de Senador da República. Ao procurar seu Partido Político foi informado que não poderia ter tal pretensão, pois é condição de elegibilidade para o Senado Federal a idade mínima de:

- a) 30 anos.
- b) 25 anos.
- c) 35 anos.
- d) 40 anos.
- e) 45 anos.

31. João, policial militar, recebeu comunicação da corporação, pelo rádio, no sentido de que deveria comparecer à casa de Antônio e ali cumprir uma diligência. À luz da sistemática constitucional, João:

- a) somente pode ingressar na casa de Antônio com o seu consentimento, inexistindo exceção constitucional para a inviolabilidade do domicílio;
- b) por ser policial, pode ingressar na casa de Antônio, ainda que sem o seu consentimento, desde que durante o dia, vedada qualquer atividade noturna;
- c) pode ingressar na casa de Antônio, sem o seu consentimento, entre outras situações, no caso de desastre ou, durante o dia, por determinação judicial;
- d) pode ingressar na casa de Antônio, ainda que sem o seu consentimento, durante o dia ou à noite, mediante determinação judicial;

e) somente pode ingressar na casa de Antônio, sem o seu consentimento, mediante determinação judicial e desde que durante o dia.

32. O Ministério Público do Estado do Mato Grosso recebeu representação dando conta de que o supermercado Gama, de forma recorrente, estava vendendo alimentos impróprios para o consumo e fora da validade. Na esfera extrapenal, o Ministério Público instaurou o procedimento próprio cabível e reuniu provas ratificando os fatos noticiados. Assim sendo, deve o promotor de Justiça:

- a) impetrar mandado de segurança individual em face do supermercado Gama;
- b) impetrar mandado de segurança coletivo em face do supermercado Gama;
- c) ajuizar representação de inconstitucionalidade em face do supermercado Gama;
- d) ajuizar ação civil pública em face do supermercado Gama;
- e) ajuizar ação popular em face do supermercado Gama.

33. O Procurador-Geral de Justiça da Paraíba determinou que sua assessoria elaborasse a proposta de lei orçamentária para o exercício financeiro seguinte. A proposta assim elaborada, observados os demais trâmites internos, deve estar em harmonia com:

- a) as orientações do Poder Executivo, que analisará a sua conveniência e submeterá ao Poder Legislativo sua versão;
- b) a lei de diretrizes orçamentárias e ser encaminhada ao Poder Executivo, que a submeterá ao Poder Legislativo;
- c) o regimento interno da Assembleia Legislativa, órgão para o qual deve ser encaminhada a proposta;
- d) a lei de diretrizes orçamentárias e ser submetida diretamente ao Poder Legislativo;
- e) as orientações do Tribunal de Contas e ser encaminhada ao Poder Legislativo.

34. Em 2042, Hulk se torna Governador da Paraíba e tendo em vista seu passado futebolístico glorioso, sobretudo no Atlético Mineiro, pretende encaminhar projeto de lei junto à Assembleia Legislativa para que cidadãos de todo o país tenham benefícios fiscais ao investirem em atividades desportivas no Estado da Paraíba. Tendo em vista a CF 88, a iniciativa do futuro Governador Hulk Paraíba:

- a) é inconstitucional, pois legislar sobre Direito Tributário é competência legislativa privativa da União.
- b) é constitucional, visto que legislar sobre Direito Tributário e sobre desporto são competências legislativas concorrentes entre a União, os Estados e o Distrito Federal.
- c) é inconstitucional, pois cria uma distinção entre investidores brasileiros e estrangeiros.
- d) é constitucional, pois legislar sobre desporto é competência exclusiva dos Estados.
- e) é inconstitucional, pois somente os municípios podem legislar sobre a matéria.

NOÇÕES DE DIREITO CIVIL

Mário Godoy

35. Com relação à Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, assinale a alternativa correta.

- a) Ato jurídico perfeito é o que já teve seus direitos e deveres satisfeitos segundo a lei vigente ao tempo de sua execução.
- b) A lei do país da nacionalidade da pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família.
- c) Para qualificar os bens e reger as relações a eles concernentes, aplicar-se-á a lei do país em que for domiciliado o proprietário.
- d) A obrigação resultante do contrato reputa-se constituída no lugar em que residir o proponente.

e) A sucessão por morte e a capacidade para suceder obedece à lei do país correspondente ao último domicílio do *de cujus*.

36. João é servidor público em repartição situada no município de Campina Grande. Passa metade da semana em João Pessoa, onde mora com sua família. Tem casa de campo em Areias, onde passa ocasionalmente alguns fins de semanas. Recentemente, firmou contrato com Pedro, estabelecendo como domicílio correspondente ao cumprimento dos direitos e obrigações contratuais o foro de Princesa.

A respeito da situação descrita, considera(m)-se domicílio(s) necessário(s) de João:

- a) Campina Grande, apenas.
- b) Campina Grande e João Pessoa.
- c) João Pessoa e Areias.
- d) Areias.
- e) Campina Grande e Princesa.

37. Com relação à responsabilidade civil, assinale a alternativa correta

- a) Dano moral e dano estético são inacumuláveis.
- b) Simples devolução indevida de cheque caracteriza dano moral.
- c) Os juros moratórios fluem a partir da citação, em caso de responsabilidade extracontratual.
- d) A empresa não responde, perante o cliente, pela reparação de dano a veículo ocorrido no estacionamento.
- e) A pessoa jurídica não pode sofrer dano moral.

38. Com relação ao casamento, assinale a alternativa correta

- a) A idade núbil no Brasil é 18 anos de idade, sendo admissível, porém, o casamento de pessoa emancipada.
- b) Afins em linha colateral estão impedidos de se casar.
- c) O divorciado, enquanto não houver sido homologada ou decidida a partilha dos bens do casal, está impedido de se casar.
- d) A publicação dos proclamas constitui etapa obrigatória do processo de habilitação para o casamento.
- e) A celebração do casamento será imediatamente suspensa se um dos contraentes manifestar-se arrependido, não se admitindo eventual retratação no mesmo dia.

39. Com relação à união estável, assinale a alternativa correta

- a) Companheiro de união estável não pode pedir alimentos ao outro.
- b) Sem que os companheiros confirmem publicidade à convivência, fica inviabilizado o reconhecimento da união estável.
- c) Pessoa casada não pode manter união estável com outra.
- d) Para afastar a incidência do regime da comunhão parcial de bens, devem os companheiros optar pela eleição de um outro regime mediante escritura pública.
- e) O concubinato sofreu revogação pelo Código Civil de 2002, passando a se denominar união estável.

40. Com relação à curatela, assinale a alternativa correta

- a) A curatela é deferida preferencialmente ao pai ou mãe do curatelado, e na sua falta, ao cônjuge.
- b) Não se pode nomear mais de uma pessoa como curadora.

c) Deve ser evitado o recolhimento do curatelado em estabelecimento que o afaste do convívio familiar e comunitário.

d) Somente as pessoas incapazes podem ser curateladas.

e) A curatela do pródigo o impedirá de, sem curador, praticar atos de disposição ou de mera administração.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Thállius Moraes

41. Conforme determina o Código de Processo Civil, a representação em juízo da massa falida, ativa e passivamente, será feita

- a) pelo inventariante.
- b) por seu curador.
- c) pelo administrador judicial.
- d) pelo procurador regularmente constituído.
- e) pelos diretores da empresa falida.

42. Acerca dos impedimentos e suspeições do juiz, segundo o Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- a) Há suspeição do juiz interessado no julgamento do processo em favor de qualquer das partes.
- b) Há impedimento do juiz que for amigo íntimo ou inimigo de qualquer das partes ou de seus advogados.
- c) Há impedimento do juiz quando qualquer das partes for sua credora ou devedora, de seu cônjuge ou companheiro ou de parentes destes, em linha reta até o terceiro grau, inclusive.
- d) Há suspeição do juiz no processo em que figure como parte cliente do escritório de advocacia de seu cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive.
- e) Há suspeição do juiz quando promover ação contra a parte ou seu advogado

43. Nos termos do Código de Processo Civil, considerando os casos em que o Ministério Público intervém como fiscal da ordem jurídica, assinale a alternativa correta.

- a) O Ministério Público não precisa ser intimado de todos os atos do processo, mas apenas daqueles com conteúdo decisório.
- b) O Ministério Público não poderá produzir provas, devendo aguardar a iniciativa das partes nesse sentido.
- c) O Ministério Público deverá intervir sempre que a Fazenda Pública for uma das partes.
- d) Será obrigatória a intervenção do Ministério Público em processos que envolvam o interesse de incapazes.
- e) Nesses casos, o Ministério Público não possui legitimidade recursal.

44. Sobre os atos processuais no processo civil, aponte a alternativa incorreta.

- a) Os atos processuais serão realizados em dias úteis, das 6 (seis) às 20 (vinte) horas.
- b) Independentemente de autorização judicial, as citações, intimações e penhoras poderão realizar-se no período de férias forenses, nos feriados ou nos dias úteis fora do horário estabelecido no CPC.
- c) Processam-se durante as férias forenses, onde as houver, e não se suspendem pela superveniência delas a ação de alimentos.
- d) Além dos declarados em lei, são feriados, para efeito forense, os sábados, os domingos e os dias em que não haja expediente forense.
- e) Quando o ato tiver de ser praticado por meio de petição em autos não eletrônicos, essa deverá ser protocolada até as 24 (vinte e quatro) horas do último dia do prazo.

45. Considerando as disposições do CPC acerca das provas, assinale a alternativa incorreta

- a) O ônus da prova incumbe ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito.
- b) A parte que alegar direito municipal, estadual, federal, estrangeiro ou consuetudinário provar-lhe-á o teor e a vigência, se assim o juiz determinar.
- c) O ônus da prova incumbe ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.
- d) Não dependem de prova os fatos admitidos no processo como incontroversos.
- e) O juiz poderá admitir a utilização de prova produzida em outro processo.

46. O processo é iniciado mediante o ajuizamento da petição inicial, tendo seu curso suspenso, dentre outras, na seguinte hipótese

- a) pela enfermidade grave de qualquer das partes ou de seus advogados.
- b) pelo deferimento de intervenção de terceiros.
- c) por falecimento do procurador da parte, devendo a parte, mediante determinação judicial, constituir novo mandatário no prazo máximo de 30 dias.
- d) quando for arguido vício de incompetência relativa.
- e) em caso de adoção, quando a advogada responsável pelo processo constituir a única patrona da causa

NOÇÕES DE DIREITO PENAL*Antônio Pequeno*

47. A respeito da aplicação da retroatividade da lei no direito penal, assinale a opção correta.

- a) A aplicação da retroatividade ocorre mesmo em caso de aumento de pena, como forma de garantir a justiça para o réu que tiver cometido o crime após a entrada em vigor da lei mais severa.
- b) A retroatividade de lei mais benéfica não pode ser aplicada a medida de segurança.
- c) A retroatividade de lei mais benéfica somente será cabível no caso de haver abolitio criminis.
- d) A aplicação da retroatividade da lei é concebível, desde que em benefício do réu como medida de justiça.
- e) A aplicação da retroatividade da lei é vedada constitucionalmente em qualquer circunstância, a fim de garantir a segurança jurídica.

48. É considerado qualificado o homicídio

- a) se a vítima é pessoa com deficiência ou com doença que implique o aumento de sua vulnerabilidade.
- b) se o crime for praticado por milícia privada, sob o pretexto de prestação de serviço de segurança, ou por grupo de extermínio.
- c) se o autor é ascendente, padrasto ou madrasta, tio, irmão, cônjuge, companheiro, tutor, curador, preceptor ou empregador da vítima ou, por qualquer outro título, tiver autoridade sobre ela.
- d) se o crime for praticado na presença física ou virtual de descendente ou de ascendente da vítima.
- e) se o crime for praticado contra menor de 14 (quatorze) anos.

49. João subtraiu um celular de Maria, no dia 24/12/2019, mediante grave ameaça consistente na promessa de ofender sua integridade corporal, exercida com o emprego de uma faca de 22 cm de lâmina. A ação foi percebida por guardas municipais, em patrulhamento, que detiveram João de imediato, ainda com a faca na mão e com

o celular subtraído. A tipicidade adequada dessa conduta é:

- a) roubo simples tentado;
- b) roubo simples consumado;
- c) roubo qualificado pelo emprego de arma;
- d) roubo qualificado pelo emprego de arma branca, tentado;
- e) roubo qualificado pelo emprego de arma branca, consumado

50. Assinale a alternativa que apresenta crime próprio quanto ao sujeito ativo.

- a) Inserção de dados falsos em sistema de informações.
- b) Fraudes em certames de interesse público.
- c) Usurpação de função pública.
- d) Corrupção ativa.
- e) Subtração ou inutilização de livro ou documento.

51. Em relação aos crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral, assinale a alternativa correta.

- a) Se o funcionário público se apropria de bem particular de quem tem a posse em razão do cargo, comete furto e não peculato, pois esse último só se configura em caso de subtração de bem público.
- b) Ao contrário do furto, o peculato admite a figura culposa.
- c) É pressuposto da prevaricação a obtenção de vantagem econômica.
- d) Considera-se funcionário público, para os efeitos penais, apenas quem exerce cargo, função ou emprego público de forma efetiva e remunerada.
- e) A pena será aumentada da metade quando os autores dos crimes previstos neste Capítulo forem ocupantes de cargos em comissão ou de função de direção ou assessoramento de órgão da administração direta, sociedade de economia mista, empresa pública ou fundação instituída pelo poder público.

52. Sobre os crimes contra a Administração da Justiça, previstos no Código Penal, assinale a alternativa correta.

- a) Dar causa a ação de improbidade administrativa, imputando a alguém ato improprio de que sabe inocente, valendo-se de nome suposto, em tese, caracteriza o crime de denúncia caluniosa.
- b) O crime de exercício arbitrário das próprias razões, previsto no artigo 345, do CP, somente se procede mediante queixa.
- c) Oferecer dinheiro a testemunha para fazer afirmação falsa em depoimento, em tese, caracteriza o crime de coação no curso do processo, previsto no artigo 344, do CP.
- d) O crime de exploração de prestígio (art. 357, do CP) é próprio, podendo ser praticado apenas pelos sujeitos previstos no tipo penal.
- e) O crime de favorecimento pessoal caracteriza-se pelo auxílio prestado a autor de crime, a fim de que ele escape da ação das autoridades públicas, desde que o crime praticado seja punido com reclusão.

53. Suponha que Joana é casada com Marcelo, que eles residem em um município que não é sede de comarca e, na noite de *réveillon*, ela foi vítima de violência psicológica praticada pelo marido. Tendo consciência de que sofreu violência doméstica e com receio de sofrer também violência física, ela se dirigiu à delegacia para registrar a ocorrência e solicitar proteção. Considerando a situação hipotética e o disposto na Lei nº 11.340/2006, é correto afirmar:

- a) na inquirição de Joana, o policial deverá fazer questionamentos sobre a vida privada da depoente.
- b) se o policial verificar a existência de risco atual ou iminente à integridade física ou psicológica de Joana, ele afastará Marcelo imediatamente do lar, se não houver delegado disponível no momento da denúncia.

- c) se Marcelo for condenado, admite-se a substituição da pena que implique no pagamento isolado de multa
- d) se Marcelo for condenado, admite-se a substituição da pena que implique no pagamento de multa, caso comprovado que a medida se mostra suficiente para a repressão do ilícito.
- e) após o delegado de polícia afastar imediatamente Marcelo do lar, deverá comunicar o juiz no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

Priscila Silveira

54. Relativamente ao inquérito policial, é correto afirmar que:

- a) se o crime for de ação penal exclusivamente privada poderá ser instaurado sem representação da vítima, porque a representação é condição de procedibilidade da ação penal e não do inquérito.
- b) o inquérito policial é imprescindível para instruir o oferecimento da denúncia.
- c) o indiciado poderá requerer à autoridade policial a realização de qualquer diligência que será realizada ou não a critério do Delegado de Polícia.
- d) se for instaurado pela autoridade policial pode ser por ela arquivado, caso não fique apurado quem foi o autor do delito.
- e) O Ministério Público não pode requerer a devolução do inquérito policial para novas diligências imprescindíveis ao oferecimento da denúncia, diante da sua característica de indisponibilidade.

55. Caso o acusado citado por edital não compareça aos atos do processo nem constitua defensor,

- a) ficará suspenso o processo, mas continuará fluindo o prazo prescricional, podendo ser decretada a prisão preventiva.
- b) deverá ser decretada a revelia do acusado, tramitando o processo na sua ausência e, se for o caso, decretada a prisão preventiva.
- c) deverá ser decretada a prisão preventiva e a suspensão do curso do prazo prescricional.
- d) ser-lhe-ão nomeados defensor dativo e curador, que acompanharão, até o trânsito em julgado, o trâmite do processo durante a ausência.
- e) ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo ser determinada a produção das provas urgentes.

56. Sobre a prisão preventiva é correto afirmar que:

- a) é admitida nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima igual ou superior a 4 (quatro) anos.
- b) em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial.
- c) O juiz poderá, de ofício ou a pedido das partes, revogar a prisão preventiva.
- d) Decretada a prisão preventiva, deverá o órgão emissor da decisão revisar a necessidade de sua manutenção a cada 60 (sessenta) dias, mediante decisão fundamentada, de ofício, sob pena de tornar a prisão ilegal.
- e) A decisão que decretar e substituir a prisão preventiva será sempre motivada e fundamentada, mas a que denega não precisa ser fundamentada pois favorece o acusado.

57. Considerando a matéria de provas no processo penal brasileiro, analise as proposições abaixo:

I. São inadmissíveis as provas derivadas das ilícitas, salvo quando não evidenciado o nexo de causalidade entre umas e outras, ou quando as derivadas puderem ser obtidas por uma fonte independente das primeiras.

II- O exame de corpo de delito poderá ser feito em qualquer dia e a qualquer hora.

III- O Código de Processo Penal não adotou a teoria "dos frutos da árvore envenenada" e a teoria da "fonte independente".

IV- o juiz poderá ordenar, somente quando iniciada a ação penal, a produção antecipada de provas urgentes e relevantes.

Assinale a opção correta:

- a) apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- b) apenas as afirmativas II, III e IV estão corretas.
- c) apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.
- d) apenas as afirmativas III e IV estão corretas.
- e) apenas as afirmativas I, III e IV estão corretas.

58. Acerca da ação penal privada, assinale a opção correta.

- a) o perdão do ofendido, seja expresso ou tácito, é causa de extinção da punibilidade nos crimes que se apuram exclusivamente por ação penal privada e naqueles em que há ação penal pública incondicionada.
- b) com a morte do ofendido, se comparecer mais de uma pessoa com direito de queixa, terá preferência a figura do ascendente, em face dos vínculos fraternos.
- c) considerar-se-á perempta a ação penal quando, deixar de promover o andamento do processo durante 60 (sessenta) dias.
- d) a renúncia ao exercício do direito de queixa em relação a um dos autores do crime aproveitará a todos, sem que produza, todavia, efeito em relação ao que o recusar.
- e) Na ação penal privada personalíssima, a titularidade é exclusiva do ofendido, mas em caso de morte, transmite-se aos seus herdeiros ou sucessores.

59. A respeito do assistente da acusação, assinale a alternativa correta.

- a) É possível a habilitação do assistente da acusação, no curso do inquérito policial até a fase de sentença.
- b) na hipótese de morte do ofendido, poderão habilitar-se como assistente apenas seu cônjuge, ascendente e descendente.
- c) O assistente da acusação é admitido na fase de ação penal, de iniciativa pública ou privada, até antes do trânsito em julgado.
- d) Em caso de concurso de pessoas, o corréu pode figurar como assistente da acusação quanto ao outro acusado, no mesmo processo.
- e) Da decisão que indefere ou admite assistente de acusação, não cabe recurso.

60. Sobre os recursos, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A regra geral no Código de Processo Penal é a voluntariedade dos recursos. Os recursos à sentença que conceda habeas corpus, contudo, deve ser interposto de ofício, por juiz.
- b) decisão que conceda ou denegue ordem de *habeas corpus* em primeiro grau é impugnável por meio de recurso em sentido estrito.
- c) o recurso de apelação ofertado em face de sentença condenatória ou absolutória de réu preso ou solto tem efeito suspensivo e devolutivo.
- d) o princípio de vedação da *reformatio in pejus*, expresso no Código de Processo Penal, não impede que o tribunal, quando do julgamento da apelação interposta pelo MP, agrave a pena do réu.
- e) O Código de Processo Penal preconiza, de forma expressa, a utilização do recurso de apelação, como instrumento processual impugnativo adequado para recorrer de sentença de absolvição.

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
